



Esta obra está licenciada
com uma Licença Creative
Commons Atribuição-Não
Comercial-Compartilha
Igual 4.0 Internacional.

Laura Adami Nogueira

Instituto de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade
de São Paulo, IAU-USP

lauraadamin@gmail.com

Artigo recebido em:

03/10/2022

Artigo aprovado em:

31/10/2022

Artigo publicado em:

01/12/2022

Cenas de uma ocupação

Scenes of an occupation

Escenas de una ocupacion

Scènes d'occupation

RESUMO

O presente artigo procura indagar sobre as práticas e os limites da atuação dos movimentos sociais de luta por direito à moradia, tendo em vista novas e velhas reconfigurações dos territórios populares e o protagonismo das populações que neles habitam no âmbito dos conflitos urbanos e da formação dos sujeitos políticos. Através de relatos de campo, procura identificar alguns dos atores presentes no decorrer da luta pela regularização da ocupação, bem como seus entrelaçamentos, na disputa pela construção – ou não – da luta política. Dentro disso, a partir das cenas apreendidas no campo, o escrito levanta hipóteses a respeito dos caminhos traçados para a produção do espaço urbano, identificando estratégias que o formam e o caracterizam, bem como suas capacidades ou limites de emancipar os sujeitos em luta, tendo em vista as modulações da racionalidade estratégica neoliberal em solo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais; produção do espaço urbano; luta por moradia; neoliberalismo.

ABSTRACT

This article seeks to investigate the practices and limits of the social movements performance fighting for the right to housing, in view of new and old reconfigurations of popular territories and the protagonism of the populations that inhabit them in the context of urban conflicts and the formation of political subjects. Through field reports, it seeks to identify some of the actors present in the struggle for the regularization of an occupation, as well as their intertwining, in the dispute for the construction – or not – of the political struggle. Within that, from the scenes apprehended in the field, the writing intends to raise hypotheses about the paths traced for the urban space production, identifying strategies that form and characterize it, as well as its capacities or limits to emancipate the subjects in struggle, in view of the modulations of neoliberal strategic rationality on Brazilian soil.

KEYWORDS: social movements; urban space production; struggle for housing; neoliberalism.

RESUMEN

Este artículo busca indagar las prácticas y los límites de la actuación de los movimientos sociales que luchan por el derecho a la vivienda, frente a nuevas y viejas reconfiguraciones de los territorios populares y el protagonismo de las poblaciones que los habitan en el contexto de los conflictos urbanos y la formación de temas políticos. A través de informes de campo, se busca identificar algunos de los actores presentes en la lucha por la regularización de la ocupación, así como su entrelazamiento, en la disputa por la construcción –o no– de la lucha política. Dentro de eso, a partir de las escenas captadas en el campo, el escrito plantea hipótesis sobre los caminos trazados para la producción del espacio urbano, identificando estrategias que lo configuran y caracterizan, así como sus capacidades o límites para emancipar a los sujetos en lucha, teniendo en visión de las modulaciones de la racionalidad estratégica neoliberal en suelo brasileño.

PALABRAS CLAVE: movimientos sociales; producción de espacio urbano; lucha por la vivienda; neoliberalismo.

RÉSUMÉ

Cet article vise à investiguer les pratiques et les limites de la action des mouvements sociaux luttant pour le droit au logement, au regard des reconfigurations nouvelles et anciennes des territoires populaires et du protagonisme des populations qui les habitent dans le contexte des conflits urbains et de la formation des sujets politiques. A travers des rapports du champ, il cherche à identifier certains des acteurs présents dans la lutte pour la régularisation de l'occupation, ainsi que leur imbrication, dans la contestation pour la construction – ou non – de la lutte politique. En cela, à partir des scènes appréhendées sur le champ, l'écriture entend lever des hypothèses à propos des chemin tracées pour la production de l'espace urbain, identifiant les stratégies qui le constituent et le caractérisent, ainsi que ses capacités ou ses limites à émanciper les sujets en lutte, face aux modulacions de la rationalité stratégique néolibérale sur le sol brésilien.

MOTS-CLÉS: mouvements sociaux; production d'espace urbain; lutte pour le logement; néolibéralisme.



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

CENA 1: UMA BOA NOTÍCIA

O trabalho de campo em que este artigo se baseia foi realizado na Ocupação Promessa (nome fictício) e faz parte das reflexões iniciais do mestrado em andamento da autora, intitulado “Cidade em disputa: a dimensão dissensual dos movimentos de luta por direito à moradia e à cidade”, sob orientação da Profa. Titular Cibele Rizek, no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP:

(...) Nós estamos lutando por isso e nós vamos seguir lutando até chegar lá. E quando chegar lá nós vamos querer mais... Nós vamos querer ter creche aqui do lado, nós vamos querer ter mais escola, nós vamos querer ter um posto de saúde e um hospital que preste, porque tudo que a gente precisa para viver é na luta, na marra, e a Ocupação Promessa é uma lição para outras quebradas, mostrando que é possível a gente juntos construir um bairro e arrancar a conquista.

Bom, feita essa lembrança aí da nossa caminhada, a gente está há 2 anos tentando ir atrás do prefeito, porque vocês lembram que depois do incêndio, em 2016, na época era o prefeito anterior, fez um decreto sobre a nossa área, esse decreto venceu sem ele fazer nada além de fazer um pedaço de papel, foi feito um outro decreto, esse decreto venceu, a juíza mandou a prefeitura se manifestar – como que vai tá o andamento da regularização? – cobrando um andamento das coisas, porque nós apresentamos um projeto de regularização na prefeitura, contratou arquiteto, fizemos mapa que todo mundo ajudou a desenhar. Nós sempre corremos atrás daquilo que a gente sempre quis desde o dia que entramos aqui que é a garantia da moradia. Só que a prefeitura sempre fez corpo

mole ou fez muito pouco para o que a gente quer.

Bom, depois desses dois anos tentando ir atrás do prefeito, ano passado vocês se lembram em agosto nós fomos até a câmara dos vereadores numa grande manifestação cobrar o presidente da câmara, de lá nós fomos em marcha até a prefeitura, entramos lá, paramos o secretário de habitação, que falou que ia ver, que ia isso, que ia marcar reunião com o prefeito, e nada!

Bom, há 2 semanas atrás a gente conseguiu juntar um grupo de moradores e ir atrás do prefeito na inauguração de uma creche que ele ia fazer. Se não quer receber a gente, nós vamos atrás dele como a gente sempre fez. Pegamos o prefeito no pulo lá na creche e conseguimos arrancar a reunião que a gente está há tanto tempo pedindo para conversar sobre se vai ou não vai regularizar porque nós queremos que regularize o nosso bairro.

Bom, semana passada então a gente fez a reunião com o prefeito. Fizemos uma reunião terça-feira passada onde estavam presentes o prefeito, o secretário de habitação, o presidente da câmara e a comissão de moradores que tem participado das reuniões de negociação. O que foi passado para a gente nessa reunião? Todo mundo presta bem atenção.

O prefeito nos disse que o dono do terreno se dispôs a negociar para entregar o seu terreno para que possa ser feita a nossa regularização. Vamos por partes.

Qual que é a proposta da prefeitura depois desses 9 anos de batalha para a nossa comunidade? Vocês lembram que há alguns anos atrás a prefeitura falou que ia adquirir o terreno e depois as famílias iam se dividir para fazer o pagamento do terreno e a prefeitura urbanizar, entrar com as obras? Quem está aqui desde 2017, 18, se lembra. Isso aí deu pra trás, né, o dono do terreno falou que ia negociar, deu pra trás, só que aí percebeu que Ocupação Promessa não vai ceder 1 mm dessa terra pra ninguém porque daqui ninguém vai sair. Certo?! Então, ele foi percebendo que não ia ter muito jeito e ele ia ser obrigado a sentar e negociar com a gente, certo?!

Então qual que é a proposta, gente, para todo mundo entender da regularização: a prefeitura vai adquirir o terreno, ou seja, pagar pelo terreno para o dono, e com isso resolve o nosso problema da justiça, porque nós temos uma ação de reintegração de posse que continua rolando na justiça. A prefeitura vai adquirir o terreno, e a caixa econômica federal vai sentar numa negociação entre os moradores, dono do terreno, prefeitura e a caixa para que os moradores possam repor o valor do seu lote ao longo dos anos através da caixa econômica. Então, a prefeitura compra e a gente, ao longo dos anos, através da caixa, vai ter que ir repondo esse dinheiro para a prefeitura.

Junto com isso, a prefeitura vai entrar com as obras para transformar a ocupação num bairro. O que isso significa? Que a prefeitura vai entrar com toda a parte de urbanização, que é o esgoto, né, o saneamento, a energia e fazer todos os ajustes que forem necessários para regularizar o nosso bairro conforme a lei. Certo?! Então isso significa que uma parte da organização do espaço a gente foi fazendo por conta própria, com ajuda dos arquitetos, abrindo as ruas, marcando os lotes de 5 por 10, todo o processo que todo mundo sabe de lá de trás. Ainda tem partes que tem viela muito estreita, tem ainda coisa que vai ter que ser mexida lá na frente quando entrar o projeto. Por que eu estou falando isso? Porque quem tiver, por exemplo, construindo a casa... Pensando em construir para tirar madeira e pôr o bloco numa rua de viela... Espera um pouco para não ter que fazer de bloco e depois ter que mexer. Mas, a gente sabe que isso é uma etapa mais para frente e que quando vierem as obras vai ser mexido o mínimo possível para manter o máximo possível do que a gente já tem, mas vai ter algumas áreas que vai ter que alargar para poder passar um cano de esgoto, esse tipo de coisa.

Segunda coisa: ao transformar isso em um bairro, para a prefeitura poder justificar que vai investir um dinheiro grande para fazer essas obras de infraestrutura para transformar num bairro, a prefeitura também vai apro-

veitar para aquilo que sobrar de área trazer pessoas que também estão na demanda da moradia para ocupar esse bairro reorganizado, que vai se conectar com o restante dos bairros. Então, eles vão estudar linha de ônibus, para poder chegar até aqui, vão estudar se o posto de saúde dá conta do tamanho ou se vai ter que ser maior. Então, vão ser feitas várias transformações para aqui virar um bairro integrado com o resto da cidade. Então, com isso, a prefeitura pode justificar dela estar pondo dinheiro numa área particular.

Por que eu estou dizendo isso? Porque, (...), no nosso caso, a prefeitura vai adquirir a terra, nós vamos ir pagando, repondo esse dinheiro ao longo dos anos através da caixa, e aí justifica a prefeitura entrar numa área que já vai ser pública para poder, inclusive, incorporar famílias que estejam nessa lista.

Então, é muito interessante, né... Porque a prefeitura não faz política de moradia, e a gente através da nossa ocupação não só vai garantir casa para nós que lutamos, mas também para aqueles que eles não resolvem o problema. Então, a ocupação Promessa, além de tudo, vai estar sendo parte de acolher famílias que tão há anos na lista de espera, como tantos aqui estavam, até o momento que nós entramos aqui. Tudo isso, gente, ainda vai ser conversado, como que vai ser direitinho cada passo da obra, como vai ser esse acordo... Tudo isso vai ser discutido. Porque nós não vamos entregar na mão da prefeitura e 'faz o que vocês quiserem', porque esse território é organizado pelos moradores e moradoras da Promessa, então cada etapa desse projeto nós vamos estar lá discutindo, propondo qual que é a solução para cada problema que surgir, porque fomos nós que construímos e pensamos esse bairro.

Esse acordo, gente, de prefeitura adquirir o terreno, fazer o acordo com a caixa, para que as famílias possam ir repondo ao longo dos anos o valor, e a prefeitura entrar para fazer as obras de infraestrutura... Esse acordo vai ser assinado na justiça. E isso é muito importante para a gente, porque a gente sabe quantas vezes a pre-



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

feitura fez um combinado com a gente, e não cumpriu e deu para trás. E a cada vez que eles fizeram isso, nós fomos lá na porta, nós fizemos protesto, nós tivemos quer ir atrás, porque a gente não confia, a gente sabe como é que funciona. Para garantir os nossos interesses têm que ser nós mesmos junto. Então, esse acordo vai ser assinado na justiça perante a juíza que é aquela que está com a nossa ação de reintegração de posse, e isso é muito importante pra gente porque cada passo fora que for dado pela prefeitura, cada coisa que eles botaram lá que vão fazer e não fizerem, além de ter nós mesmos pra ir lá cobrar, a gente vai ter a justiça, a juíza para fiscalizar e pra gente falar: olha, juíza, prefeitura falou que ia fazer isso e não fez. Então, isso para a gente é importante porque a gente vai ter que assinar um acordo que vai ter a justiça envolvida pra... Vamos dizer assim... Homologar que fala né... Esse acordo que a gente vai ter que fazer.

Bom, mais duas coisas. A gente vai ter que passar para a prefeitura o nosso cadastro, certo?! O cadastro das famílias que moram na ocupação Promessa. Para duas coisas a gente vai ter que passar né?! Primeiro para a gente poder passar para eles quem são as pessoas que moram aqui, que estão nessa luta, para a gente poder sentar e fazer o acordo na justiça com o nome de todas as famílias. Depois disso, vai ter que ter um segundo momento do cadastro que a própria prefeitura vem aqui, passando de casa em casa para conferir, tipo cara-crachá, conferir o cadastro e a casa. Porque, obviamente, não vão fazer o acordo no nome de alguém que tem cadastro, mas não tem casa... Não mora aqui. Então, eles vão vir fazer a conferência de cada família que está no cadastro com a sua casa e vão já pegar uns documentos... RG, CPF, certidão de casamento, mas isso é mais para frente quando a prefeitura vier.

(...)

A gente sabe que vai ter muito desafio pela frente. É uma vitória importante, mas vai dar trabalho, viu... Vai dar trabalho para todos nós. Então, a gente vai ter que

se comunicar muito, para ir discutindo juntos cada passo, porque qualquer coisa que andar de um jeito que a comunidade não gostar, não quiser, nós vamos ter que brigar para ser do jeito que a gente acha que tem que ser, como sempre foi.

(...)

Então, gente, a informação da assembleia de hoje é: finalmente, depois de 9 anos de muita luta e muita resistência, a prefeitura, junto com o dono do terreno, junto com a caixa econômica, topou, se comprometeram, e nos afirmaram que vamos fazer um acordo para regularizar a nossa comunidade.

Salva de palmas para a ocupação Promessa”

Marcela (nome fictício)

FLASHBACK 1: RECONHECENDO O LUGAR

Em 23 de dezembro de 2021, numa quinta-feira, a cidade já desacelerava para as festas de Natal e, mesmo com pouco trânsito, o tempo de chegada da zona sul à ocupação, atingia 50 minutos de carro. Subindo o morro, ao final de uma estrada arborizada, rodeada por uma paisagem de grandes terrenos industriais e atividades de logística, é possível ver as primeiras casas da Ocupação Promessa, alocada ali desde 23 de agosto de 2013, reivindicando a regularização daquela terra abandonada há mais de 3 décadas pelo proprietário da empresa de cosméticos.

Para algum desavisado que transite pelo bairro, é impossível imaginar que existam cerca

de 500 famílias morando por ali. Extensos terrenos ocupados por grandes galpões e um movimento intenso de caminhões, configuram a área como um local de produção industrial e, mais recentemente, atividades relacionadas ao setor de logística, implantação justificada pela proximidade à rodovia Anhanguera e ao polo Anhanguera/Bandeirantes com acesso ao Rodoanel e às marginais da capital paulista.

Têm-se a primeira visão da ocupação abandonada, a paisagem de ruas delimitadas por muros altos, ao final da estrada de asfalto. As ruas em terra batida se conformam por uma alternância, não regular, de casas de alvenaria e barracos de madeira. Materiais e ferramentas de construção são comuns de serem vistos em frente às casas, uma vez que boa parte delas não está finalizada.

Muitos dos habitantes não têm emprego fixo e sobrevivem de bicos, empregos informais e a minoria com benefícios sociais como Bolsa Família, aposentadoria e auxílio-doença. De acordo com as fichas cadastrais, 52% das 537 famílias que completaram o formulário de cadastro aplicado pela Associação de Moradores têm emprego, das quais 47,3% trabalham com CLT. Assim, entre essas que re-

cebem salário fixo, a média de renda mensal por pessoa é de R\$1.206,00.

Os trabalhos mais comuns entre os homens são, nessa ordem, de ajudante geral, pedreiro, “autônomo”, motorista, operador (de máquina, guincho, caixa, rebobinadeira), segurança/vigilante, carregador e cozinheiro. Entre as mulheres, de auxiliar de limpeza, cozinheira/ajudante de cozinha, empregada doméstica/diarista, ajudante geral, auxiliar de produção, “dolar”, “autônoma”, manicure e vendedora. Observa-se, portanto, que as ocupações relacionadas à construção civil acabam por serem empregadas também dentro da ocupação, onde o morador constrói sua própria casa nos dias de descanso, ou ajuda na construção das outras casas que estão em formação na região.

Vale ressaltar aqui a longa discussão a respeito dos mutirões de autoconstrução, colocada por Francisco de Oliveira (2006), que, nas especificidades da ocupação Promessa, aparecem na forma do autoempreendimento da casa própria, fortalecido pelos movimentos de moradia. Argumenta-se, assim, que o processo de autoconstrução depende de trabalhadores desempregados e não contribui para a criação de um mercado imobiliário. O muti-



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

ção, nas palavras de Oliveira, se coloca como uma espécie de dialética negativa em operação (OLIVEIRA, 2006), resolvendo o problema da habitação não pelos meios do capital, mas dos trabalhadores pobres e, em grande parte das vezes, desempregados. A universalização dessa proposta supõe que a maior parte da força de trabalho esteja desempregada e possa, portanto, utilizar as horas de folga para construir a própria habitação, funcionalizando a pobreza e dando margem para sua adaptação e cooptação, até que possa ser abandonada. Para os trabalhadores que produziram suas habitações, o ônus da habitação é mantido no seu orçamento, retirando a provisão da habitação da cesta de valores que deveriam ser pagos por seu salário e mantendo-o achatado, originando o que o autor denominou como sobretrabalho. Assim, o que se vê nesse processo lento de autoconstrução da própria casa, que acumula tempos, saberes, trocas e apoios, é o reforço da exploração desses trabalhadores moradores da ocupação, sob o manto de um movimento de luta por direito à moradia, produzindo e reproduzindo seu espaço dentro da própria lógica que o aprisiona.

A pandemia trouxe drásticas decorrências para os ha-

bitantes da ocupação. Muitos deles perderam seus empregos ou viram reduzir consideravelmente sua renda por conta de corte na contratação de serviços de autônomos ou na queda das vendas. Em razão da piora das condições de vida, a ocupação recebeu doações de cestas básicas e roupas, que, com o passar do tempo e das incertezas do período pandêmico, foram diminuindo, e os moradores precisaram contar um com o outro para conseguirem sobreviver. Existe uma rede de apoio importante entre eles, possivelmente entre uns mais do que outros, e muitos deles distinguem e se comparam com situações mais precárias de algumas famílias. No entanto, é preciso reforçar que a grande maioria carece de ajuda para manter suas necessidades de sobrevivência, bem como de seus filhos e outros familiares. Assim, a escassez das doações de cestas-básicas propiciou o surgimento de atividades de capacitação dos moradores da ocupação. Oferecida pelo movimento social, as mulheres da Promessa recebem aulas de corte e costura para capacitá-las à produção e conserto de vestimentas, máscaras ou qualquer outro tipo de serviço relacionado ao tema.

A eclosão da pandemia espalhou por todo o país uma infi-

nidade de iniciativas, formas de articulação e redes de apoio às populações mais afetadas, tendo as redes sociais e a produção de conteúdo para essas mídias como importante veiculador das ações de socorro, justificadas por uma lógica da urgência. No entanto, essas redes de apoio e iniciativas se ancoram e mobilizam uma rede densa de coletivos e movimentos sociais que levaram anos para constituir essas relações, ao passo que a “pandemia fez acelerar, precipitar, transformar relações e articulações que já existiam, ancoradas no terreno concreto em que se condensa um acúmulo de experiência social, política e histórica de longa data” (TELLES, 2021), produzindo novos arranjos e alianças que, fora de um regime de urgência exigiriam tempos muito mais prolongados para se estabelecerem.

Parece se conformar, dentro disso, uma zona cinzenta na qual recursos e formas de apoio circulam por entre as nebulosas relações tecidas por operadores dos negócios e mercados ilícitos nas periferias e favelas (TELLES, 2021), justificadas pela defesa à vida, mas que usa dos recursos das urgências para se enraizar nesses territórios. Junto a isso, as redes sociais dos movimentos de luta por moradia, aqui mais especifica-

mente a página do Facebook do movimento social que organiza a ocupação, celebram essas formas de solidariedade, atuando como um ator importante na articulação do enraizamento dessas práticas nesses locais.

É verdade que, diante do aumento do desemprego, da pobreza e da fome, capacitar os moradores para exercerem suas próprias atividades rentáveis é uma saída que pode conferir autonomia financeira a algumas famílias, sobretudo aquelas que conseguem se alimentar somente se recebem auxílios do governo ou doações filantrópicas. No entanto, é importante perceber que, ainda que seja uma solução de emergência, a solução que se constrói num território que se quer emancipado passa, necessariamente, pelo reforço e enquadramento desses ao elogio do empreendedorismo. O que se tem por trás dos cursos de capacitação nos territórios populares e do discurso de emancipação financeira dessas populações é o adentro da forma de pensar e se constituir do modelo neoliberal: o homem empreendedor, empresa de si mesmo, que ‘vence na vida’ através de seu esforço. Apesar disso, esse tipo de solução esconde suas causas mais profundas que originam da necessidade de desvalorização da força de trabalho e con-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

centração de renda. Talvez seja possível encontrar, nesse processo, como coloca Rizek:

(...) a face produtiva dessas novas dimensões que transformaram os territórios de pobreza em ativação, territórios de assimilação e de inserção plena nas dimensões do “mercado” e do negócio, do empreendimento, autoempreendimento e empresariamento de si, processos que passariam necessariamente por políticas urbanas e sociais, por programas de combate à pobreza, pela focalização e constituição de demandas e de públicos-alvo, pela contagem, mapeamento, localização territorial da pobreza, pelo cálculo e modos de investimento (RIZEK, 2017).

A ocupação Promessa conta com quase 9 anos de existência, e por isso possui um projeto de reurbanização, ainda que os procedimentos de regularização do terreno estejam em andamento e com previsões incertas de conclusão. Em razão disso, a assessoria técnica Recinto Arquitetura (nome fictício) desenvolveu um projeto de reurbanização no local, que prevê não somente definição das dimensões dos lotes (10 metros por 50 metros), mas uma hierarquização de vias e calçadas, bem como a implantação de espaços de lazer como praças e parques. Esse projeto foi resultado de uma construção coletiva entre a assessoria técnica, os moradores e o movimento de liderança, e deve ser seguido quando começarem as obras de regularização.

Embora uma boa parcela do terreno esteja estruturada como

o plano prevê, a área do setor C ainda apresenta condições bastante precárias em relação aos outros. É possível observar uma diferença muito importante entre as condições de borda das ruas e “quarteirões” e os “meios ou miolos de quadra”, visivelmente mais precários do que as “fachadas” da ocupação, que acabam se constituindo como suas vitrines.

As andanças por ali, bastante dificultadas pelo estreitamento das vias e pelo solo irregular de pedras soltas, entulhos e canos expostos, pareceram revelar algo que não se fez presente em nenhuma das falas. No início da incursão pelo setor C, dois meninos, aparentando cerca de 9 e 11 anos de idade, caminharam conosco pelo local e se fizeram presentes até a despedida. O mais novo andava à frente e dava ordens ao mais velho – “vai por ali”, “agora faz esse caminho”, “vem... anda rápido, mas não corre” – que carregava um pedaço de madeira como se portasse uma arma. Ambos pareciam fazer a vigia do local, trocando algumas conversas e espiando por trás de um ou outro obstáculo. Algo que parecia uma brincadeira de criança passou a se revelar como uma possível vigia quando saíram de casas diferentes alguns jovens, próximos de 20 anos – ou me-

nos, para observar nossa passagem. Vestiam camisetas largas, bermudas e boné, sem disfarçar os olhares de desconfiança à nossa presença. Parece existir ali, ainda que essa questão não tenha sido confirmada nas falas, a presença de integrantes de uma organização ligada ao mundo do crime, que será aqui denominada como OLMC (organização ligada ao mundo do crime).

Outro símbolo importante que aparece na paisagem da ocupação é a presença da igreja Assembleia de Deus. Ao estacionar o carro para iniciar a visita, foi possível avistar, em meio à densa vegetação que circunda o local, um edifício de outra igreja Assembleia de Deus, pertencente a uma ocupação distinta que se estabeleceu na vizinhança na segunda metade do ano de 2021. A ocupação ainda se formava, mas a simbologia da religião neopentecostal já se fazia presente desde o início, e era uma das únicas construções em alvenaria que foi possível avistar.

Pensar a presença do neopentecostalismo nesses territórios pressupõe, necessariamente, recorrer às análises da inserção da racionalidade neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2016) nos países da periferia do sistema capitalista, bem como seus des-

dobramentos em solo brasileiro, nos últimos anos. Como coloca Mariana Cortês:

(...) o movimento pentecostal ofereceu um diagrama simbólico para que os sujeitos periféricos pensassem seus lugares no mundo social, como classe, raça e gênero. Desde a década de 1990, para além de fomentar uma remagificação do religioso, o pentecostalismo criava e recriava modalidades inventivas e plásticas de condução das condutas dos indivíduos nas margens. O diagrama da guerra, a narrativa da humilhação, a recusa da autoridade, o empreendedorismo periférico compunha tecnologias de governo do outro e de si. Mais tarde, esses dispositivos ofereceram eixos de governamentalização do próprio Estado, em um movimento das margens ao centro. Estavam assentadas as bases para que se produzisse uma insurreição dos humilhados, segundo a perspectiva de que a “reparação” pela humilhação não poderia mais ser aguardada na transcendência de outra vida ou no messianismo de outro tempo, mas teria que ser executada já, em uma batalha violenta (se necessário, armada) contra aqueles que ameaçam a existência dos “justos” (CORTÊS, 2021).

Dentro disso, o neopentecostalismo se insere nos territórios populares a partir de uma dinâmica da guerra, advinda de uma experiência social dos sujeitos que compõem esses territórios marcados pela violência e pela humilhação, possibilitando a ressignificação de suas histórias e trajetórias de vida marcadas, muitas vezes, por uma linguagem atravessada que se constituiu a partir da “sociabilidade violenta” do “mundo do crime” e o imperativo de aniquilação do inimigo (Feltran, 2011; Ma-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

chado da Silva, 2008), onde atuam milícias que aterrorizam territórios através da chantagem, da ameaça e do extermínio (Feltran, 2021; Manso, 2020).

A religião encontra espaço nesses territórios também dentro do que Cortês denomina como “dispositivo da humilhação”, ativado por um afastamento do modelo católico de naturalização da exploração social, a partir dos anos 1980, criando condições para que os sujeitos periféricos fabricassem, nas margens, seus próprios mecanismos de sociabilidade, produzindo uma nova gramática social que traduz seus lugares no mundo social marcados não só pela violência, como por suas posições de classe, raça e gênero.

Não por acaso, o terceiro fator que pode explicar a forte presença dessas igrejas nas ocupações, mais especificamente na ocupação Promessa, se coloca através de um empreendedorismo periférico. As religiões neopentecostais – sobretudo a Igreja Universal – passaram a incorporar o empreendedorismo em seus fundamentos teológicos, fomentando a possibilidade de assumir riscos de abrir um próprio negócio, recusando a identidade do trabalhador como empregado, que passa a ser encarado em uma relação de ser-

vidão com o patrão. Por meio de uma surpreendente inversão, a carteira assinada, meta de um sonho socialdemocrata no qual a aquisição de direitos sociais se daria pelo ingresso na sociedade salarial, torna-se signo de submissão (CORTÊS, 2021).

Assim:

A duradoura tragédia da “vição” brasileira (Telles, 2010; Abílio, 2020); a impossibilidade de acesso aos direitos sociais; a precarização do trabalho nas formas desprotegidas da informalidade, se revestem de um discurso religioso criativo, e audaciosamente eficaz, pois aciona o diagrama da humilhação (CORTÊS, 2021).

A presença da religião, portanto, parece se colocar como um dispositivo importante de articulação e modelagem da concepção dessas novas formas de vida e existência, e que se enraíza nesses territórios associadas a outras formas, até aqui apresentadas, de modulação das subjetividades. O elogio ao empreendedorismo, numa situação em que parte considerável dos moradores perderam seus empregos e se viram reféns de ações de filantropia, reforça a busca e a implementação de soluções como a profissionalização, sobretudo das mulheres, realocando mão de obra “livre” para atividades que, aparentemente, se inserem como emancipadoras, mas reforçam as condições desiguais ali presentes. É possível identificar

uma multiplicidade de repertórios que margeiam um processo de individualização atuando em consonância com a religião, ações filantrópicas, movimentos sociais, poder público e associação de moradores.

FLASHBACK 2: NOVOS PERSONAGENS, MESMOS INTERESSES

Chegar à ocupação aos finais de semana oferece uma experiência bastante diferente daquela de quinta-feira antevéspera de Natal. No sábado, era possível ouvir música que saía das casas ou dos carros estacionados pelas vielas, bem como barulhos de obras, crianças brincando, carros anunciando produtos, etc. O bairro apresentava vida.

Diferente do que se vê em dias úteis, aos sábados e domingos, os moradores têm tempo livre para construir suas casas, ou para receber pedreiros que aceitam, em seus tempos de descanso, “pegar um bico” nas casas em construção na ocupação. Um caso mais raro é o de familiares – moradores ou não da ocupação – que vêm nesses dias colaborar com a construção. Observa-se na prática a discussão, já enunciada algumas páginas antes, de Chico de Oliveira a respeito do autoemprego da casa própria.

A ida neste dia se justificou por conta de 3 eventos que

aconteceriam a partir das 14h: a reinauguração da biblioteca; a reunião da associação de moradores e a assembleia dos moradores. O primeiro evento decorre da reforma que o espaço sofreu em razão da estrutura do telhado que estava danificada, mas também reinaugurou as atividades culturais que o movimento que organiza a ocupação realiza ali, cessadas desde 2020 em razão da pandemia. A reunião e a assembleia foram marcadas em decorrência de uma reunião que acontecera dias antes, junto ao prefeito e ao secretário de habitação, que informou à associação de moradores a decisão por regularizar o terreno da ocupação Promessa.

No período da manhã, ajudei na organização da atividade para as crianças. Era preciso colocar no lugar os livros da biblioteca após a reforma. Almocei com algumas moradoras e, no horário mais próximo da exibição do filme para as crianças, ajudei a montar a atividade. Logo depois de iniciada, me sentei em frente ao local com alguns moradores para esperar a reunião da associação, que aconteceria daí 2 horas. Durante a conversa, se aproxima Robson (nome fictício), morador da ocupação e integrante da associação de moradores. Perguntei a ele como estava a sua mãe



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

e respondeu que bem, apesar do ocorrido da semana. Contou, então, que um morador da ocupação havia discutido com sua mãe, também moradora dali, e colocado o dedo no rosto da senhora. Dias depois, ficou sabendo que ele fora “virado na porrada”. Nesse momento, começaram a discutir sobre esse homem, dizendo que ele era “assim óh – fazendo um gesto com os dedos para indicar que era muito próximo de alguém – com os caras”, e confirmaram que ele fora apadrinhado e que vivia falando dos “parentes”.

O homem que havia brigado com a senhora é um morador bastante problemático – que “arruma confusão com todo mundo” – e tem dito abertamente que fora “acolhido” pela OLMC, assumindo a condição de “parente”. Por conta disso, tem atitudes bastante agressivas com os vizinhos e reforça, sempre que pode, o seu vínculo com a organização.

Conforme a conversa foi se desenrolando, Nenê, que chegara um pouco depois do começo do assunto e que confessou já ter discutido com o mesmo rapaz, comentou que alguma providência deveria ser tomada o mais rápido possível e Robson acrescentou algo como:

– Ele arrumou confusão com morador, arrumou confusão lá na outra e agora vive falando que

está junto dos caras lá de cima... Já falaram que vão dar um jeito nele, mas como ele tem confusão com todo mundo, não dá pra ser de uma hora pra outra, mas os caras lá já sabem o que fazer.

Conforme a rua foi se tornando mais movimentada, o assunto perdeu força, dando espaço para outro sobre os “moradores sem vergonha”, que se referem àqueles que ocuparam alguns terrenos na ocupação, venderam ou passaram a alugá-los para outros moradores. Segundo o grupo, algumas pessoas chegaram na ocupação desde o seu início, mas com o passar do tempo, entenderam que existe uma certa rentabilidade em vender ou alugar um terreno ali ocupado, passando a morar em outras ocupações e receber pelos terrenos daquela ali. Para o grupo, essas pessoas atrapalham a luta pela moradia. Os valores de venda de um barraco podem girar em torno de 15 mil reais e os aluguéis 150 reais.

A conversa foi interrompida para começar a reunião da associação de moradores, que decidiria como comunicar a todos a novidade da regularização. Marcela começou a reunião explicando o que fora decidido com a prefeitura naquela semana: a prefeitura e o dono do terreno decidiram encaminhar o processo de regularização daquela terra para as famílias e, juntamente com a Caixa Econô-

mica Federal, dariam início aos financiamentos dos terrenos baseados nos dados cadastrais de cada família moradora. Porém, a advogada alertou que certa apreensão em relação a esse processo, pois, embora a prefeitura tenha se comprometido com a regularização, não deixou claro como o processo deve acontecer. O que pareceu mais inapropriado, na visão dela, é que a prefeitura solicitou o cadastro dos moradores para “ter uma ideia de quantas são as famílias”, apesar de já possuírem essa informação. A desconfiança da advogada em mandar os cadastros que já foram feitos, decorre da apreensão da prefeitura enviar à Caixa Econômica Federal os cadastros como estão e o banco iniciar o processo de verificação das situações das famílias, correndo o risco de excluir, já nesse momento aquelas que apresentam alguma irregularidade perante as regras.

Outro aspecto nebuloso da situação é o fato da prefeitura querer alocar as famílias da fila de espera que aguardam por uma casa nos lotes que estarão vagos com a exclusão das famílias irregulares. Segundo ela, a prefeitura tem intensão de povoar o local e transformar esta parte da cidade em um bairro para direcionar o crescimento urbano no vetor norte, além de

desafogar a fila de espera pela moradia.

Marcela frisou bastante que o assunto da regularização pode ter aparecido agora por uma questão eleitoral, pois existem muitos vereadores interessados em se beneficiar dos votos oriundos da luta por moradia. Nas palavras dela, a ocupação dali do lado não é “organização nossa... Já deixaram claro que não querem a gente lá, mas vai acabar regularizando porque a gente sabe que ali o negócio é bem mais complicado e tem vereador interessado e envolvido com eles lá”. Juntando os pontos, me pareceu que a “ocupação ali do lado” é o mesmo lugar onde estão “os caras lá de cima”.

Terminada a reunião da associação de moradores, já nos posicionamos em frente ao salão para o começo da assembleia. Enquanto aconteciam os preparativos, parei ao lado de um integrante do movimento para saber um pouco mais da ocupação vizinha. Ele contou que a ocupação dali de cima é de estrita organização da OLMC e que o movimento de organização social não conseguiu ajudar na organização. Comentou, dando continuidade na fala de Marcela, que existe um vereador ligado à OLMC, e que, muito provavelmente, a terra ali será



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

regularizada à custa da luta da Promessa, mas também porque o tal vereador tem intensão de votos nesse local, se regularizado o bairro.

CENA 2: JUNTANDO AS PEÇAS

A notícia da regularização é esperada pelos moradores há quase 9 anos. Foram 9 anos de luta e resistência, permeados pelo medo do despejo, de perder o pouco que se tem, de ter de recomeçar a vida em outro lugar e estar fadado ao mesmo destino. A notícia veio, enfim, mas como se explicitou na fala da Marcela, mesmo depois dos 9 anos de espera, não é concreta a garantia do acesso à moradia. O processo exige um tempo para se realizar, e mais do que isso, certa minúcia nas declarações burocráticas e, mais ainda, que a promessa por parte do poder público e do proprietário do terreno se cumpra.

Uma vez que a regularização aparenta estar próxima, é possível observar em campo que as forças atuantes no território parecem apresentar uma movimentação diante da possibilidade da transformação da ocupação em bairro. Nesse sentido, as conversas entre os moradores me ajudaram a formular algumas hipóteses a respeito dos caminhos que podem ser tomados

a partir da tão esperada notícia. É importante ressaltar que essas hipóteses foram formuladas a partir do conhecimento da nova lei federal de regularização fundiária rural e urbana, aprovada em 2017, a 13.465/2017. Em linhas gerais, os aspectos da lei que se voltaram para a questão da habitação de interesse social, incluem medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, garantindo a posse da terra e segurança jurídica ao novo proprietário. As medidas urbanísticas colocadas pela nova lei visam adequar o novo bairro à cidade existente, permitindo a regularização dos lotes sem a infraestrutura necessária para a implementação das habitações. Um dos grandes pontos críticos da ferramenta é a retirada da obrigatoriedade do poder público em garantir e oferecer infraestruturas básicas para a implementação da vida no local. Assim, ficaria a cargo dos moradores a viabilização desses serviços, abrindo espaço para que a construção desse novo pedaço de cidade seja feita pela iniciativa privada. Nota-se que, ainda que o título de propriedade esteja garantido, a condição de precariedade da vida perma-

nece, além de abrir mais uma fronteira da experiência de financeirização do espaço urbano.

Tendo em vista esse cenário, me questiono se o interesse da prefeitura na regularização da ocupação Promessa se configura única e exclusivamente como uma jogada eleitoreira, como apareceu nas conversas do campo. Não seria possível, em um contexto de exploração dos recursos de produção de um pedaço da cidade viabilizados pela lei supracitada, que o interesse do poder público na regularização da área passe por determinados acordos com empresas que possam, a partir da regularização, implementar as infraestruturas privadas no local?

Relembrando os comentários tímidos e cuidadosos de Marcela a respeito “de lá de cima”, e o aparecimento do vereador vinculado à OLMC, que tem se esforçado para viabilizar a regularização da mesma área, nasce, então, uma segunda hipótese que questiona se não seria possível a mesma associação da OLMC, poder público e iniciativa privada para a viabilização da infraestrutura como grande potencial de investimentos. Mais que isso, não seria a promoção da urbanização mais uma ferramenta estratégica de atuação e dominação da organização nesses territórios?

Posto isso, me parece importante reforçar que o debate sobre a questão da moradia no Brasil, sobretudo quando pousado nos territórios populares, bem como seus desenrolares – avanços e empecilhos – deve passar, necessariamente, pela questão da produção e reprodução das informalidades. Como se viu no primeiro flashback, a produção da moradia – mais especificamente da autoconstrução da habitação – se relaciona intrinsecamente com a precarização das condições de trabalho e salário, cada vez mais presentes nos territórios em questão, sustentada pela nova lei da reforma trabalhista e fomentada pelos mecanismos da fé (RIZEK, 2019). Percebe-se, portanto, um movimento de criação das bases de uma sociedade caracterizada por certo embaralhamento das linhas e fronteiras entre legalidades e ilegalismos, criando um conjunto de zonas cinzentas que recolocam fronteiras entre o legal e o ilegal, articulado pelos marcos legais da institucionalização, que parecem não combater, mas produzir novas precariedades e intensificar outras.

Mais do que isso, a mobilidade dos limites que separam legalidades e ilegalidades atuaria aqui não como uma força “que vem de cima” capaz de ser vencida através da luta pela



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

moradia, mas sim como uma linha que costura as relações entre atores externos e internos, conformando os cenários de produção e reprodução das precariedades. Nesses termos, seria possível pensar a ocupação como um lugar primeiro de produção de uma sociedade e, por isso, os atores até então apresentados performam se constituindo, um perante o outro em alguns momentos, um contra o outro em outros, mas inevitavelmente atados entre si. ●

REFERÊNCIAS

- CORTÊS, M. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. *Caderno CRH*, n. 34, 2021. e021025. DOI <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.46419>.
- DAS, V. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- DAS, V. *Textures of the ordinary: doing anthropology after Wittgenstein*. New York: Fordham University Press, 2020.
- FELTRAN, G. A atualidade de A espolição urbana. In: *Blog da Novos Estudos*, 2017. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/atualidade-de-a-espoliacao-urbana%C2%B9/>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- FELTRAN, G. Valor dos pobres: a aposta do dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Cadernos CRH*, v. 27, p. 495-512, 2014.
- FELTRAN, G. Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013). *Blog Novos Estudos Cebrap*, 2020. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/formas-elementares-da-vidapolitica-sobre-o-movimento-otalitario-no-brasil-2013/>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- FELTRAN, G. Polícia e política: o regime de poder hoje liderado por Bolsonaro. *Blog Novos Estudos Cebrap*, 2021. Disponível em: <http://novosestudos.com.br/policia-e-politica-o-regime-de-poder-hoje-liderado-porbolsonaro/>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO. (Micro) políticas da vida em tempos de urgência. Seção Especial Reflexões na Pandemia. *Revista Dilemas*, Rio de Janeiro, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-59>. Acesso em: 24 dez. 2020.
- OLIVEIRA, J. *Não tem trabalho, não tem vacina*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-11/nao-tem-trabalho-nao-tem-vacina.html>.
- MONCAU, G. “Nóis por nós” como luta constante: uma etnografia das mulheres da Ocupação Esperança. Dissertação de mestrado em Antropologia Social - FFLCH-USP. 209 p., 2021.
- OLIVEIRA, F. de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos*, n. 74, p. 67-85. São Paulo, 2006. DOI 10.1590/s0101-33002006000100005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>.



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES

Volume 2, n. 35
Julho-Dezembro, 2022
ISSN: 2175-3709

RIZEK, C. S. Um balanço de pesquisa: 10 anos na Zona Leste e um social reconfigurado. In: *Revista Cidades*, v. 13, n. 22, p. 94-140, 2016.

RIZEK, C. Um mosaico macabro. Trabalho, moradia, violência de Estado: modulações contemporâneas. In: *Revista Proposta FASE*, Rio de Janeiro, 2019.

RIZEK, C. S. Temporalidades e liminaridades. In: Fabiana Dultra Bretto e Paola Berenstein Jacques (org.). *Corpocidade Gestos Urbanos*. 1. ed., v. 1, p. 172-190. Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.